

A violência da ditadura civil-militar durante a invasão à escola de samba Unidos do Peruche (1974)

The Violence of the Civil-Military Dictatorship in the Invasion of the Unidos do Peruche Samba School (1974)



GUEDES, Bruno*

 <https://orcid.org/0009-0003-4532-2492>

RESUMO: O artigo analisa a violência praticada pela ditadura civil-militar durante a invasão à quadra da escola de samba paulistana Unidos do Peruche, no dia 19 de janeiro de 1974. A operação, realizada por policiais militares, incluiu espancamentos, tiros e destruição de instrumentos. A partir de documentos oficiais, relatos, matérias jornalísticas e bibliografia, investigamos como essas agremiações foram interpretadas pelo Estado ditatorial como espaços de resistência negra e politização comunitária. A análise conclui que a invasão expressou marcas fundamentais do regime, como a violenta repressão sobre a cultura, especificamente a popular e ligada às atividades negras que eram voltadas para conscientização local, memória e enfrentamento simbólico ao autoritarismo.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura civil-militar; escolas de samba; repressão cultural; resistência negra; Unidos do Peruche; memória histórica.

ABSTRACT: The article analyzes the violence carried out by the civil-military dictatorship during the invasion of the samba school Unidos do Peruche's hall in São Paulo, in January 1974. The operation, conducted by military police officers, included beatings, gunfire, and the destruction of instruments. Drawing on oral sources, official documents, and newspaper articles, we investigate how these associations were regarded as spaces of Black resistance and community politicization, as indicated by members' accounts. The analysis highlights the relationship between popular culture and state repression, revealing the role of samba schools as territories of memory and symbolic confrontation with authoritarianism — in particular, of the association studied here, whose activities were aimed at fostering local awareness.

KEYWORDS: civil-military dictatorship; samba schools; cultural repression; Black resistance; Unidos do Peruche; historical memory.

Recebido em: 23/04/2025

Aprovado em: 20/10/2025

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É membro do Laboratório de Estudos sobre a Ditadura da UFRRJ (LED-UFRRJ). E-mail: brunoguedes.cg@gmail.com.



Considerações Iniciais

É importante que o samba não morra jamais e que os mais novos saibam toda a trajetória que nos fez chegar até aqui. Quando uma pessoa mais velha morre, morre toda uma história, se ela não foi passada para frente. Por isso, gosto de ouvir e contar essas histórias, porque é assim que a gente constrói o futuro do nosso país (Ediane Maria, 2023)¹.

O sociólogo Tadeu Augusto Matheus afirma em *Pequena África Paulistana* (2020), que a Casa Verde, na zona norte de São Paulo, é um dos bairros mais negros de São Paulo. É lá também a sede da escola de samba Unidos do Peruche, local que foi palco de um dos episódios mais violentos da ditadura civil-militar (1964-1988) contra a cultura. Na noite do dia 19 de janeiro de 1974, um mês antes do carnaval, a quadra foi invadida por policiais militares do Tático Móvel, comandados pelo 2.º tenente Fernando Cristiano Silva de Andrade e pelo capitão Edson Pasteur de Souza. Os oficiais, apoiados por quatro viaturas, utilizaram bombas de efeito moral, agrediram sambistas, mulheres e crianças, dispararam com armas de fogo, destruíram instrumentos e deixaram a agremiação em ruínas (Cidade [...], 21 jan. 1974, p. 6). O ataque promovido por forças de segurança do Estado, marcado por violência física e intimidação aos componentes, evidencia como as agremiações carnavalescas, apesar de suas dimensões festivas, eram percebidas como espaços de potencial mobilização política.

A partir dessa interpretação, o artigo pretende reconstruir o contexto e os desdobramentos da invasão ocorrida à quadra de ensaios da Unidos do Peruche. A análise do episódio de repressão permite ainda compreender, de maneira mais ampla, a violência sobre as escolas de samba paulistanas e as estratégias utilizadas pelo Estado para sufocar formas de sociabilidades negras, bem como revela as respostas das comunidades periféricas frente à violência institucional e ao racismo estrutural. Trata-se, portanto, de uma pesquisa voltada para compreender as relações entre cultura popular, territorialidade negra e autoritarismo no Brasil.

Do ponto de vista metodológico, nosso trabalho teve como base a combinação e o cruzamento de diferentes tipos de fontes primárias e secundárias, com ênfase em documentos oficiais, matérias jornalísticas, relatos e bibliografia. As fontes foram consultadas

¹ Discurso realizado em dezembro de 2023, durante a solenidade em homenagem a Seu Carlão, fundador da escola de samba Unidos do Peruche, então com 93 anos, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e por meio da iniciativa da deputada Ediane Maria (PSOL).

a partir de entrevistas disponíveis em acervos institucionais de acesso público, como os arquivos do Memorial da Resistência, do Arquivo Nacional e de pesquisas anteriores, como a tese de doutorado em História *Espaços de sociabilidade das populações negras em São Paulo: as escolas de samba e suas intersecções com os movimentos associativos (1949-1978)*, de Bruno Baronetti, que colheu um importante registro em vida de Carlos Alberto Caetano (1930-2025), o Seu Carlão, fundador da Unidos do Peruche. As análises foram desenvolvidas reconhecendo as complexidades da memória e sua relação com o tempo presente. Diante disso, adotamos uma abordagem que considera os limites e potências do testemunho oral como fonte histórica, cientes de sua natureza subjetiva e da mediação afetiva implicada nos relatos:

[...] não é possível conceber algumas lembranças sem deixar que outras caiam no esquecimento. A rememoração de um acontecimento passado se faz no presente, a lembrança é determinada pelas condições presenciais de afetividade e identidade (Goulart *et al.*, 2006, p. 158).

As fontes jornalísticas foram obtidas por meio da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional e acervos digitais dos veículos consultados. Já as documentais foram coletadas do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade. Em todos os casos, buscamos atenção à autoria, temporalidade e intencionalidade política dos documentos. Para garantir maior robustez interpretativa, os dados foram comparados e confrontados com a bibliografia especializada, a fim de evitar anacronismos e reforçar a validade histórica das narrativas apresentadas.

Assim, dividimos o trabalho em duas partes. Na primeira, analisamos o desenvolvimento das escolas de samba de São Paulo e seus componentes sob a perspectiva histórica, juntamente à repressão do período ditatorial. Ao contextualizar o período, trouxemos para a pesquisa alguns episódios de violência contra os sambistas oriundos dessas manifestações. Na segunda, buscamos analisar a invasão à quadra da Unidos do Peruche, dentro desse contexto, a partir da investigação dos fatos, seus personagens e desdobramentos.

Partimos da perspectiva teórica proposta por Dreifuss (1981), que compreende o golpe de 1964 como resultado da articulação entre setores empresariais e as Forças Armadas, visando à manutenção do poder econômico e político por parte da sociedade. Essa articulação

fundamentou-se nos princípios disseminados pela Escola Superior de Guerra (ESG), cujos conceitos ideológicos foram amplamente difundidos e operacionalizados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Essas duas entidades desempenharam um papel central na condução de uma campanha político-ideológica voltada à desestabilização do governo João Goulart e à consolidação do regime autoritário (Dreifuss, 1981, p. 188).

Contudo, diferentemente do que algumas interpretações posteriores sugeriram (Figueiredo, 1993; Delgado, 2010), Dreifuss enfatiza que a atuação civil não foi breve e nem pontual. Após o golpe, civis continuaram a participar ativamente e a sustentar o regime, não somente através dos setores empresariais, mas ocupando posições relevantes na estrutura do Estado. Assim, adotamos a designação “ditadura civil-militar” apoiados sob a análise que observa a predominância contínua de civis, frequentemente identificados como técnicos, à frente de ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não militares, aspecto que se mostra particularmente relevante no período analisado (Dreifuss, 1981, p. 417).

Para garantir a manutenção desse poder, os articuladores do golpe se estruturaram a partir da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada no âmbito da ESG e estreitamente associada ao complexo IPES/IBAD. A DSN fundamentava-se na ideia de que a ameaça revolucionária não se restringia à luta armada, mas pela adesão popular. Assim sendo, seus disseminadores devem ser controlados, perseguidos e eliminados (Alves, 1984, p. 38). Sob essa lógica, o regime consolidou uma arquitetura repressiva multifacetada, incluindo manifestações artísticas e culturais que foram alvo de censura.

Conforme interpreta Padrós (2008), a DSN rejeitava a noção de luta de classes, uma vez que essa contrapunha-se à ideia de unidade política promovida pelas ditaduras latino-americanas. A estabilidade do regime dependia da imposição dessa unidade, o que justificava o controle estatal sobre expressões culturais que pudessem sugerir qualquer tipo de conflito social. O monitoramento e a repressão promovidos pelos órgãos estatais tornaram-se instrumentos centrais de controle contra aqueles que não se adequavam à estrutura ideológica vigente ou eram classificados como subversivos (Padrós, 2008, p. 144). Esses instrumentos permaneceram ativos até 1988, ano em que saiu de vigência a Constituição de 1967. Por esse motivo e em consonância com Campos (2013) e Lemos (2010), que apontam a continuidade do expediente ditatorial, temos como referência esse ano para o fim definitivo

da ditadura civil-militar, quando se iniciou um novo regime constitucional democrático (Campos, 2013, p. 3).

Em São Paulo, agremiações tradicionais enfrentaram essa repressão por meio de censura, invasões e violência por parte do regime. O episódio envolvendo a Unidos do Peruche, em 1974, destaca-se como um dos momentos de maior violência sobre as escolas paulistanas. Por esse motivo, aplicamos o conceito para qualificar processos de diferenciação social que produzem assimetrias de poder, favorecendo determinados grupos enquanto submetem outros à estigmatização, à dominação, à criminalização e à negação de direitos e privilégios (Ferreira Da Silva, 2011, p. 92).

Especificamente sobre o samba, essa interpretação se baseia do ponto de vista que os elementos da cultura afro-brasileira foram marginalizados pelo preconceito que os reduz à condição folclórica, pitoresca ou insignificante (Nascimento, 2016, p. 161). Entretanto, apesar de haver estudos importantes sobre escolas de samba paulistanas e sua dimensão cultural e política, ainda há uma lacuna específica quanto aos episódios de repressão direta, como a invasão da Unidos do Peruche em 1974. A carência de investigações mais aprofundadas sobre casos como o abordado nesta pesquisa contribui tanto para o apagamento histórico das vítimas da ditadura quanto para a invisibilização do racismo institucional e da violência do Estado contra a população negra.

Ao analisarmos a invasão, bem como a reação da escola, trazemos para nossa investigação as formulações desenvolvidas por Thompson (1981) quanto à resistência não se restringir a confrontos diretos com o poder instituído. Para o autor, se expressa também nas práticas culturais e cotidianas por meio das quais os grupos subalternos afirmam sua dignidade e preservam seus modos de vida diante da dominação. Nessa perspectiva, as escolas de samba paulistanas revelam-se como espaços privilegiados dessa resistência difusa, articulando memória, solidariedade e identidade coletiva no enfrentamento simbólico ao autoritarismo.

Uma das principais obras sobre as articulações negras por meios das escolas de samba foi desenvolvida por Baronetti (2021), em sua tese de doutorado de título *Espaços de sociabilidade das populações negras em São Paulo: as escolas de samba e suas intersecções com os movimentos associativos (1949-1978)*. Nela, o autor evidencia que esses espaços foram territórios de atuação política e cultural das populações negras, funcionando como meios associativos, com intensa produção simbólica e organização comunitária. Outras

iniciativas, como a série de *podcasts* *Escolas de Samba e a Resistência Negra durante o Regime Militar* (2022), promovida pelo Memorial da Resistência, buscaram resgatar tais narrativas de resistência ao regime civil-militar, mas ainda sem a amplitude que o debate exige.

Dessa forma, o artigo busca contribuir para a memória não apenas da Unidos do Peruche, as vítimas do caso e uma compreensão mais ampla sobre a historiografia ditatorial, mas também o reconhecimento das escolas de samba como espaços centrais de resistência cultural e política dessas populações negras urbanas durante o período. A repressão dirigida às manifestações não se deu somente por seu caráter festivo, mas pelo seu potencial de articulação comunitária, afirmação identitária e enfrentamento simbólico ao projeto autoritário. Os esclarecimentos sobre a invasão à quadra possibilitam nova análises sobre os mecanismos de controle estatal e o papel das expressões culturais negras na construção de formas de resistência e sobrevivência em contextos de violência institucional.

As escolas de samba de São Paulo e a vigilância da ditadura civil-militar sob perspectiva histórica

A historiografia do carnaval brasileiro, especialmente das escolas de samba, se concentrou na investigação acerca das festividades da cidade do Rio de Janeiro. Com isso, a história do samba de São Paulo e suas agremiações carnavalescas foi relegada a um plano secundário. Embora a ideia de criação das escolas de samba tenha surgido no Rio de Janeiro, isso não significa que as experiências desenvolvidas no restante do país sejam homogêneas. (Moraes, 1978, p. 88). Trabalhos como os de Bruno Sanches Baronetti (2021) defendem tal argumento ao posicionar o campo de como as escolas locais foram, ao longo do século XX, espaços fundamentais de sociabilidade, resistência e organização política da população negra na cidade, principalmente durante os anos de repressão da ditadura civil-militar.

Até os anos 1930, o termo samba, em São Paulo, não designava um gênero musical específico, mas antes uma forma de lazer popular em que se fazia música, na maioria das vezes de ascendência africana (Cuíca; Domingues, 2009, p. 21). Com a urbanização, Baronetti (2021) relaciona a aproximação das agremiações carnavalescas com as questões raciais, assim como o diálogo com a cidadania de seus integrantes e que era desprezada pelo Estado à época. Para o autor, é preciso romper com a visão compartimentada que separa as associações políticas, culturais, religiosas e carnavalescas da luta afrodescendente.

A fundação da Nenê de Vila Matilde, em 1949, marca o início do modelo de escola de samba em São Paulo. A agremiação da zona leste paulistana, com a nova manifestação, reconfigurou os cordões carnavalescos em agremiações com forte identidade territorial e cultural (Baronetti, 2021, p. 23-24). Nos anos seguintes, esses cordões começaram a se transformar nesse modelo até então inovador para a cidade (Soares, 1999, p. 38) e a negritude de seus integrantes era um dos fatores identitários. Em entrevista à edição de número três da *Revista do Movimento Negro Unificado*, de março e abril de 1981, o sambista Geraldo Filme afirmou que as agremiações, até a década de 1960, eram restritas à população negra. O compositor explicou que “[...] os (sic) cordões e nas escolas de samba participavam apenas negros. Os brancos brincavam em blocos, ranchos e grandes sociedades, o povo participava mesmo” (Arquivo [...], 1981).

A abertura ocorreu em um período de grande efervescência popular e ideológica, quando “[...] o país começava a ficar irreconhecivelmente inteligente” (Schwarz, 2008, p. 81), isto é, marcado por uma crescente complexidade cultural, pela ampliação dos debates públicos e pela diversificação das formas de produção intelectual e artística. Assim, em 1968, portanto já durante a ditadura civil-militar e às vésperas do período mais violento do regime (Fico, 2001), ocorre a oficialização do carnaval paulistano na gestão Faria Lima (Baronetti, 2021, p. 90). Um dos principais artífices desse reconhecimento foi o fundador da Unidos do Peruche, Carlos Alberto Caetano, popularmente conhecido como Seu Carlão do Peruche e tratado como um dos “cardeais do samba” (Estadão, 2017), juntamente com Inocêncio Tobias, o Mulata, do Camisa Verde e Branco, e o jornalista Moraes Sarmiento. Sob o contexto de vigilância e censura, as escolas de samba se tornaram territórios de encontro intergeracional e de manutenção da memória coletiva. De tal maneira que nas quadras de agremiações históricas, como Vai-Vai e Camisa Verde, foi possível o encontro geracional entre antigas lideranças e uma nova geração de jovens militantes, portadora de novas demandas e referenciais (Baronetti, 2021, p. 27).

Nos anos posteriores à oficialização e em meio à ditadura, ocorre a articulação entre o samba e o renascimento do movimento negro. Tal aproximação é evidenciada pela confluência entre militantes das escolas de samba e a criação de organizações como o *Centro de Cultura e Arte Negra* (CECAN) e o *Movimento Negro Unificado* (MNU). De acordo com fontes ouvidas pelo *podcast Escolas de Samba e a Resistência Negra durante o Regime Militar*

(2022), nesse período, as agremiações tinham núcleos de conscientização, com educação e aulas de África para moradores da comunidade.

Abdias Nascimento (2016) lembra que o racismo compôs um dos eixos repressivos mais violentos da ditadura civil-militar. Parte dos instrumentos ideológicos empregados nesse processo foi o conceito de “democracia racial”, compreendido como um eufemismo teórico associado à valorização da miscigenação, conforme proposto por Gilberto Freyre. Nascimento explica que tal concepção não somente contribuiu para a legitimação do silenciamento das vozes negras, como também atuou na elaboração de uma narrativa social que minimizou a relevância das contribuições africanas na formação da sociedade brasileira.

Interpretação que dialoga com Lucas Pedretti (2022), que em sua pesquisa sobre os bailes *soul* durante o regime civil-militar, evidencia uma série de episódios de repressão violenta direcionada à cena cultural negra, especialmente nas periferias urbanas. Pedretti argumenta que essas ações não se tratavam de episódios isolados, mas sim de uma política sistemática de criminalização das expressões afrodescendentes, conduzida pelo aparato repressivo do Estado. Essa ofensiva configurava “[...] um verdadeiro projeto genocida do Estado brasileiro” (Pedretti, 2022, p. 28), cujo objetivo central era a manutenção das estruturas de poder racializadas e excludentes que se intensificaram após o golpe de 1964. Assim, partimos da proposta analítica de Pedretti (2024) quanto à “[...] borrar as fronteiras entre as categorias de violência política e violência comum” (Pedretti, 2024, p. 2) para ampliar o alcance e a profundidade de nossa pesquisa sobre as manifestações culturais negras, como as agremiações carnavalescas.

Durante o regime civil-militar, a repressão às escolas de samba não se limitou à censura ou ao controle simbólico das manifestações culturais: ela se materializou também em ações diretas e violentas, como invasões a quadras e interrupções forçadas de ensaios. Essas práticas, ao mesmo tempo em que buscavam desarticular práticas de organização comunitária, expressavam o racismo estrutural que permeava as ações do Estado e revelavam o quanto o samba era interpretado como perigoso para o regime por seu caráter popular.

Dessa maneira, as escolas de samba iam contra múltiplos interesses do regime, conforme demonstrado na documentação analisada por Tamara Cruz (2010). Segundo a autora, ocorre nesse período uma atenção sistemática por parte dos órgãos de controle à circulação de ideias e aos conteúdos expressos nas manifestações carnavalescas. O foco da repressão não recaía diretamente sobre as agremiações enquanto instituições, mas sobre

determinados componentes. Em especial, figuras-chave da concepção dos desfiles, como presidentes, diretores, carnavalescos, compositores e demais responsáveis pela elaboração das narrativas apresentadas nos desfiles (Cruz, 2010, p. 82).

O Vai-Vai, escola da zona norte de São Paulo, foi uma das maiores vítimas desse racismo e da repressão, segundo o jornalista Fernando Penteado, atual diretor cultural da agremiação e um dos mais antigos componentes da escola. Penteado afirma que uma das estratégias de resistência que eles adotaram foi adaptar os enredos ao discurso que os sambistas queriam divulgar. No entanto, nem por isso, a violência era menor. Segundo ele, “[...] o samba na época era marginalizado, então, o ensaio, independentemente se era na época da ditadura ou não, quando a gente via uma viatura de polícia chegar no domingo à tarde ou em uma quinta-feira, sabíamos que eles iam reprimir” (Agência [...], 2024).

Ao contrário do que ocorreu no Rio de Janeiro, quando a intervenção da ditadura civil-militar interferiu por meio de censuras (Cruz, 2010; Guedes, 2024) ou monitoramentos (Cruz, 2010; Simas; Fabato, 2015, Otávio; Jupiara, 2015), em São Paulo, os aparatos repressivos alcançaram esferas letais, debate ainda carente de maior apreciação pela historiografia. Um dos episódios de violência envolveu Pato N’Água, famoso sambista à época e ex-diretor de bateria. Seu corpo foi encontrado em uma lagoa na cidade de Suzano nos primeiros anos do regime². Segundo o relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (2015), Pato foi assassinado pelo *Esquadrão da Morte*, O grupo militar clandestino surgiu internamente na polícia civil durante a ditadura, nos anos 1960. Seus integrantes passaram por treinamentos visando combater os simpatizantes do comunismo e os oponentes ao regime. No entanto, levando parte da polícia a ter atribuições policiais e legais e passe a agir de forma política (Bicudo, 1976, p. 21). Ou seja, seu assassinato contradiz o laudo oficial da época, que apontava o infarto como causa da morte (Brasília, 2015, p. 20).

A profundidade do episódio, quase esquecido pela historiografia, entretanto, ainda permeou a memória dos sambistas até recentemente e ajuda a compreender como a invasão à quadra da Peruche não foi um evento esporádico. Em sua biografia *O Cardeal do Samba: Memórias do Seu Carlão do Peruche* (2019), o fundador da Unidos do Peruche relatou o ocorrido e cobrou a ausência de esclarecimentos concretos sobre o crime. Os sambistas, como

² Há divergências sobre a data da morte. Na página 96 da revista *Cruzeiro*, de dezembro de 1966, o sambista Bigode, do Vai-Vai, afirma que Pato N’Água já estava morto à época. No entanto, nos documentos da Comissão da Verdade e outros relatos dos componentes das escolas de samba, ele teria morrido em 1969.

cronistas do cotidiano e alguns deles da cidade, também mantiveram essa memória viva por meio da denúncia musical, como a composta por Geraldo Filme, que abordou o caso na canção *Silêncio no Bixiga* (1993), posteriormente regravada por Beth Carvalho.

A repressão da ditadura sobre as escolas de samba de São Paulo também influenciou a própria interação entre os sambistas ao longo dos anos. Simone Tobias, neta de Inocêncio Tobias, um dos fundadores da Camisa Verde e Branco, tradicional agremiação paulistana, lembrou que os instrumentos eram danificados pelo regime, além da própria quadra também ser invadida. “Para eles [forças policiais], independia se tinha criança, mulher, idoso, eles chegavam com truculência e desciam pauladas. Era uma época muito tensa. Tenho na memória as cenas” (Agência [...], 2024). Relato que corrobora a interpretação de que as invasões, como ocorrida na Unidos do Peruche, já eram práticas rotineiras.

No começo da década de 1980, as escolas de samba paulistanas cresceram em ritmo acelerado. Um dos exemplos foi a Nenê de Vila Matilde, que saltou de aproximadamente 1500 componentes em 1980 para 2300 em 1983 (Arquivo [...], 1983), segundo reportagem do *Notícias Populares* de 16 de fevereiro 1983, disponível nos arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI), um dos principais órgãos de espionagem e monitoramento da ditadura, como destaca Carlos Fico (2001). Porém, a truculência sobre os integrantes permanecia, só que agora sob a sombra do Movimento Negro Unificado. Geraldo Filme, um dos idealizadores da União das Escolas de Samba de São Paulo (UESP), participou de atos do MNU e foi vítima dos aparatos repressivos da ditadura. Em uma das manifestações, a polícia agiu com a violência que era conhecida pelos sambistas e recontada pelo compositor:

As autoridades entenderam aquilo como um movimento de esquerda, quando na realidade não era nada disso. Era um movimento que vinha em defesa do povo em geral. Não é por chamar Movimento Negro, que não se pensou no branco e em todos em geral. Então eu acredito que houve um mal-entendido com relação ao MNU, que procurou mostrar e esclarecer o que estava acontecendo. Então como é um órgão pobre, não sendo uma imprensa oficial, fizeram aquele manifesto e o pessoal sentiu aquilo como movimento de esquerda (Arquivo [...], 1981).

Entretanto, Geraldo Filme afirmou que, já próximo à redemocratização, o embranquecimento das escolas de samba gerou uma transformação na relação entre as forças policiais e os sambistas. De acordo com o histórico compositor ligado à Vai-Vai e à Unidos do Peruche, “[...] hoje o branco está no samba. Aquele delegado que nos prendia, se

vier nos prender hoje, vai prender o filho dele também, que está no samba, desfilando com a gente, como sambista” (Arquivo [...], 1981).

Apesar da declaração indicar melhores condições para os ensaios e desfiles, os integrantes e as escolas permaneceram sob vigilância, como indicam as documentações do SNI. Um despacho do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), órgão interno da Força Aérea Brasileira ligado ao SNI que foi extinto apenas em 13 de janeiro de 1988, aponta que no dia 27 de dezembro de 1982, a diretoria da Nenê de Vila Matilde foi monitorada por sua aproximação com o cantor e compositor Taiguara, um dos artistas mais censurados pela ditadura (Silva, 2008). A motivação por trás da espionagem seria a negociação de um show de aniversário do Luiz Carlos Prestes, principal liderança do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na sede da escola de samba. Entretanto, afirma o relatório de quatro páginas, Prestes era contra a mudança do Rio de Janeiro para São Paulo (Arquivo [...], 1982).

Mesmo sob repressão e reafirmando o conceito de resistência elaborado por Thompson (1981), as agremiações mantiveram suas convicções opositoras ao regime civil-militar. Como parte dos esforços em favor da campanha *Diretas Já*, a Nenê de Vila Matilde se apresentou com a sua bateria em um evento cujo objetivo era formalizar, junto à população paulistana, a candidatura de Tancredo Neves, em 1984, no Ginásio do Morumbi. Segundo anexos dos jornais monitorados pelo regime e despachados pelo SNI em 28 de setembro de 1984, o ato teve o apoio de “cerca de 5.000 (cinco mil) pessoas” (Arquivo [...], 1984). No mesmo ano, a UESP esteve presente no Dia Nacional da Consciência Negra, representada por Netinho, ligado à diretoria da Nenê e presidente da entidade que administrava o carnaval paulistano (Arquivo [...], 1984).

Após a transição para a presidência civil, em 1985, o monitoramento sobre as movimentações das escolas de samba permaneceu. É o que indica um documento do SNI datado em 06 de maio de 1988, pouco mais de seis meses antes da nova Constituição. No relatório com 66 páginas, as escolas de samba paulistanas aparecem listadas no *Catálogo de Entidades do Movimento Negro no Brasil*, um anexo que contém ainda centenas de outros espaços de mesmo intuito pelo país. De acordo com o documento, todas pertenciam ao MNU (Arquivo [...], 1988). Algumas agremiações do Rio de Janeiro também foram citadas, como a Em Cima da Hora, que em 1976 desenvolveu o enredo *Os Sertões*, que abordava a rebeldia social contra o Estado (Simas; Fabato, 2015).

Diante desses episódios relatados, percebe-se que as escolas de samba paulistas, longe de ocuparem um papel passivo durante a ditadura civil-militar, atuaram como importantes espaços de resistência e afirmação da identidade negra. Assim, a repressão sofrida por essas agremiações, bem como os relatos de violência contra seus membros e espaços, revelam a tentativa sistemática do regime de controlar manifestações culturais negras que articulavam memória, pertencimento e crítica social. Essa ambivalência entre controle e resistência encontra um de seus episódios mais emblemáticos na invasão à quadra da Unidos do Peruche.

“Grupo de sambistas, marginais”: a invasão à quadra da Unidos do Peruche em janeiro de 1974

O episódio da invasão à quadra da Unidos do Peruche por muito tempo foi uma das principais memórias recontadas pelas escolas de samba de São Paulo. Até pela forte presença da oralidade nesses espaços, característica essencial das culturas africanas e, por extensão, da cultura negra brasileira (Theodoro, 1985, p. 91), o caso ganhou notoriedade entre os sambistas como tendo ocorrido em 1972. Inclusive nas lembranças dos envolvidos, como o Seu Carlão. Entretanto, ao analisarmos as fontes, percebemos que os problemas apresentados por Goulart; Perazzo; Lemos (2005) quanto às lembranças, aparecem por meio da data: o crime ocorreu dois anos depois em relação ao que as transmissões orais sugerem, em 1974.

Até esse período, os sambistas da Unidos do Peruche já conheciam as práticas repressivas da ditadura civil-militar, assim como o regime também conhecia o expediente cultural da agremiação. Isso porque Seu Carlão foi uma dessas vítimas nas constantes intimidações que os integrantes sofreram. Segundo declarou ao podcast *Escolas de Samba e a Resistência Negra no Regime Militar* (2022), uma das estratégias da ditadura era acusar os sambistas por crimes comuns ao invés de apontá-los como opositores políticos, conforme ocorreu no caso do assassinato de Pato N’Água, citado anteriormente. Mas com Seu Carlão o crime era outro. Em novembro de 1971, o compositor foi levado ao Departamento de Ordem Política e Social, o temido DOPS, para “esclarecimentos” sobre os enredos que a escola desenvolvia:

Quando eles me levaram pro DOPS, eu falei nós vamos falar das grandes figuras brasileiras, o Castro Alves, o Rui Barbosa [...] Foi depois que nós começamos a falar

da ditadura, aí eles disseram que o que íamos explorar, tinha que passar por uma revisão, digamos assim. Eu fui levado para a delegacia, fizeram uma série de perguntas pra mim e depois me mandaram embora [...] perguntaram o que nós achávamos dessa nova direção, essa nova direção era a ditadura, se concordávamos com algumas coisas, se discordávamos, poderia falar o que era. Pergunta nesse sentido (Seu Carlão, entrevista ao Memorial Da Resistência, 2022).

O tema citado por Seu Carlão era *Chamada aos Heróis da Independência*, de 1972, cujo samba cantava explicitamente sobre a liberdade em versos como *Liberdade / Palavra singela / Fosse eu pintor / Tua grandeza eu faria em aquarela*, composto por Geraldo Filme (Piccino, 2012, p. 77), no período mais repressivo da ditadura (Fico, 2001). Interpretamos que a confusão de datas nas memórias da invasão ocorreu justamente por conta desse episódio, especialmente ao cruzarmos com o depoimento do compositor da escola, Cláudio André de Souza, que ratifica a declaração do então presidente perucheano:

O seu Carlão era presidente na época, fizemos o enredo que foi um sucesso na avenida no carnaval, e os dois [seu Carlão e Geraldo Filme] foram “convidados” a comparecerem ao DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] para explicarem o enredo que eles achavam subversivo e que o Peruche estava incitando o povo a se rebelar contra o regime. Ficaram uns dias lá respondendo perguntas. Não falaram que estavam presos, mas para averiguações (Agência [...], 2024).

As duas declarações colaboram na definição correta das datas, mas indicam outras importantes informações quanto à relação do regime com os componentes da Unidos do Peruche. A primeira é sobre o conhecimento prévio dos órgãos de monitoramento acerca do teor dos conteúdos culturais da agremiação do Parque Peruche. Entretanto, ao averiguar documentos disponibilizados pelo Arquivo Nacional, por meio do seu Sistema de Informações (SIAN), não foi possível localizar nenhum relatório sobre o assunto. Nem mesmo o samba de 1972 foi enviado ao Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), responsável pela censura das produções artísticas no país à época. Possivelmente por não haver ainda gravações fonográficas comerciais, até pela menor dimensão dos desfiles paulistanos então. O que nos leva à conclusão que a vigilância e a repressão se limitaram à esfera estadual pelo seu caráter regional das agremiações, não tendo um alcance nacional naquele momento.

A segunda informação, e mais importante, era que a convocação de integrantes das agremiações aos órgãos de repressão já se estabelecia como estratégia de intimidação. Assim, como afirmou Alves (1984), a interpretação de um inimigo interno levou à ditadura ao

controle prévio das movimentações. Essa dinâmica também foi percebida por Nascimento (2016), ao analisar que esse tipo de violência era habitual e recorrente. Os policiais eram orientados a usar como tática a “ênfase no papel das ações psicológicas” contra os que julgavam subversivos (Nascimento, 2016, p. 143), muitas das vezes, com infiltrados entre os componentes. A prática de infiltração também foi utilizada junto às escolas de samba do Rio de Janeiro, gerando desconfiança por parte dos integrantes quanto à presença de homens estranhos nas comunidades (Costa, 1984, p. 293).

Entretanto, mesmo diante dos relatos de intimidações ocorridas em anos anteriores, o dia 19 de janeiro de 1974 foi diferente de outras incursões. Por volta das 22 horas de um sábado, cerca de 20 policiais militares do Tático Móvel, do 22º Batalhão, chegaram à quadra da Unidos do Peruche, na Rua Adelaide, 249, na Casa Verde (O Estado [...], 22 jan. 1974, p. 23). No comando estavam o 2.º tenente Fernando Cristiano Silva de Andrade, que segundo as fontes apontam teria 24 anos, e o capitão Edson Pasteur de Souza, de 39. Os militares chegaram em viaturas oficiais de números 1502, 1503, 1504 e 1507 (Cidade [...], 21 jan. 1974, p. 6).

A escolha do dia dá indícios de que o crime foi premeditado, haja vista que os policiais se aproveitaram “da ausência da maioria dos sambistas, que estavam no Ginásio do Pacaembu, participando do desfile dos sambas-enredos para o carnaval” (A Tribuna, 21 jan. 1974, p. 7). Outra hipótese sobre como os policiais sabiam da vulnerabilidade da escola naquela noite é quanto à estreita ligação da Polícia Militar de São Paulo com os órgãos de repressão política. Alguns dados indicam que a maior parte do efetivo do DOI-CODI/II Exército era composta por policiais civis e militares, aspecto que reforça a centralidade desses agentes na estrutura repressiva do órgão (Nascimento, 2016, p. 143). Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, do efetivo inicial de 116 homens do DOI-CODI, 72 eram da Polícia Militar (Brasília, 2014b, p. 146). Fato que expressa a relação de cumplicidade e troca de informações entre as duas instituições, expondo a prática repressiva como uma ferramenta primordial na repressão, inclusive com a anuência de um nome importante na ditadura civil-militar, o último general-ditador:

Além disso, pelo menos dois comandantes da corporação foram estreitamente ligados aos órgãos de repressão e espionagem e são acusados, pela CNV, de graves violações de Direitos Humanos. O primeiro deles é João Baptista de Oliveira Figueiredo. Comandante da então Força Pública entre 7 de junho de 1966 e 1º de

fevereiro de 1967, foi chefe do gabinete militar do governo Médici, entre 1969 e 1974, e diretor do SNI, entre março de 1974 e junho de 1978. Por fim, foi o último general presidente da ditadura, entre 15 de março de 1979 e 15 de março de 1985 (Nascimento, 2016, p. 144).

Na noite da invasão, aproximadamente 40 componentes acompanhavam uma roda de samba, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*. Ao chegarem no local, os policiais usaram bombas de efeito moral para dispersar e agredir os presentes. Na intenção de impedir qualquer reação, juntamente com a fumaça e na tentativa de fuga dos sambistas, os holofotes de iluminação interna foram destruídos por disparos (O Estado [...], 22 jan. 1974, p. 23). Enquanto alguns homens da Unidos do Peruche tentavam proteger as crianças, os policiais passaram a disparar tiros de festim, gerando pânico no interior da quadra. Celso Gaisa do Amaral caiu no chão, sendo espancado pelos PMs, assim como os componentes que também estavam na frente da sede (Jornal [...], 21 jan. 1974, p. 5). Antes de irem embora, os militares atiraram com projéteis de verdade contra os sambistas e os instrumentos da bateria, que foram quase que totalmente destruídos (Cidade [...], 21 jan. 1974, p. 6).

A truculência parecia alinhada com as forças de repressão do país à época. O Brasil vivia os chamados “Anos de Chumbo” (Gaspari, 2002), período em que o movimento repressivo atuou de maneira mais agressiva sobre os que consideravam opositores. O chefe do DOI-CODI de São Paulo entre 1970 e 1974 era justamente o Coronel Carlos Brilhante Ustra, reconhecido torturador (Nascimento, 2016, p. 117). Porém, ainda assim, a violência com que os policiais agiram feriu até mesmo a *Nota de Instrução nº1/68 – Combate à Guerrilha Urbana*³, que recomendava atingir inicialmente apenas as lideranças, evitando o uso de armas de repetição, como metralhadoras (Nascimento, 2016, p. 123).

No entanto, por volta das duas horas da madrugada, os policiais retornaram à quadra na esperança de encontrar os 200 componentes que voltavam do Pacaembu e recomeçaram a violência. A reportagem do *Jornal do Brasil* dizia que Deolinda Silva, moradora de um quarto na sede, foi obrigada a abrir a porta sob ameaça de bomba. Em seguida, os militares atacaram e destruíram o bar da escola com rajadas de metralhadoras. A insistência pela brutalidade sustenta a tese apontada por Pedretti (2022) sobre existir um projeto genocida sobre as

³ Segundo Nascimento (2016), foi o primeiro documento disponível no acervo da Polícia Militar do Estado de São Paulo a detalhar de maneira prática a guerra revolucionária.

manifestações negras que não temia as consequências. Além disso, reafirma a interpretação quanto à violência física ser um recurso habitual contra os sambistas de São Paulo.

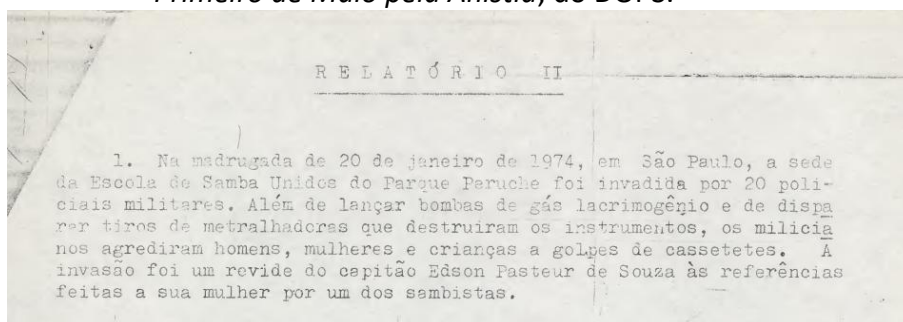
Os militares passaram então a invadir residências vizinhas à Unidos do Peruche, como a casa de Benedito Campos da Silva, cuja mulher se recuperava de uma cesariana. Os policiais alegaram estar em busca de “maconheiros” (Jornal [...], 21 jan. 1974, p. 5). Outras três habitações que ficavam nos fundos da quadra também foram invadidas (O Estado [...], 22 jan. 1974, p. 23). No total, três pessoas ficaram feridas pelos disparos. Além de Seu Carlão, então presidente da escola, foram alvejados ainda Celso Gaia do Amaral e o próprio Benedito Campos, segundo a reportagem do *O Estado de S. Paulo*. A publicação afirmou ainda que dezenas de outros sambistas ficaram machucados pelas agressões, recebendo atendimento nos prontos socorros da Barra Funda e de Santana.

Na mesma madrugada, as vítimas foram ao 40º Distrito prestar queixa, em mais um fato que corrobora as declarações ao podcast *Escolas de Samba e a Resistência Negra no Regime Militar* (2022) sobre a imputação de falsos crimes sobre os sambistas. Segundo os policiais alegaram, a justificativa para a invasão teria sido a de que um “[...] grupo de sambistas, marginais havia se unido com terroristas para formarem comandos que enfrentariam a Polícia” (O Estado [...], 22 jan. 1974, p. 23). Contudo, segundo a reportagem, não foi feito registro oficial sobre essa motivação porque teria ocorrido de maneira informal.

No entanto, em entrevista coletiva organizada pelo então comandante da Polícia Militar, o coronel Theodoro Cabette, a versão para a invasão foi alterada. De acordo com Cabette, o episódio foi causado por meio de uma vingança prometida pelo capitão Edson Pasteur, que na semana da invasão teria jurado “acabar com a escola” por supostamente sua esposa ter sido importunada por integrantes da agremiação (Jornal [...], 21 jan. 1974, p. 5). Essa alegação também aparece na página 39 de um relatório do *Comitê Primeiro de Maio pela Anistia*, do DOPS, disponível nos arquivos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que integrou a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (Figura 1). Apesar dos conflitos de versões, o oficial prometeu que os envolvidos seriam punidos:

O comando da PM não dará guarita a elementos que se desajustarem as normas pré-estabelecidas pela corporação. Daqui a 30 dias teremos um relato claro de todos os fatos, pois o inquérito terá o caráter de urgência. Todas as escolas de samba de São Paulo podem ficar tranquilas quanto ao procedimento e a ajuda da Polícia Militar no que diz respeito a ensaios e proteção dos desfilantes (Jornal [...], 21 jan. 1974, p. 5).

Figura 1 – Versão oficial da invasão à quadra da Unidos do Peruche, descrita no *Comitê Primeiro de Maio pela Anistia*, do DOPS.



Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e PUC-SP, 2025.

Na manhã seguinte à invasão, enquanto o 2.º tenente e o capitão eram afastados de suas funções pelo coronel Cabette, a residência de Pasteur teria sido depredada. *O Estado de S. Paulo* alega que oito pessoas participaram da represália, já o *Cidade de Santos* descreveu dez participantes do ato. Os invasores quebraram vidros, rasgaram um tapete e assustaram a família do militar (O Estado [...], 22 jan. 1974, p. 23). Uma pessoa foi detida no local e disse morar nos fundos da quadra da Unidos do Peruche (Cidade [...], 21 jan. 1974, p. 6). Essa reação pode ser explicada por meio da perspectiva de que os motins de subsistência não representaram meras explosões irracionais, mas sim ações coletivas fundamentadas em princípios de justiça e na defesa de direitos comunitários (Thompson, 1998, p. 19). Análise que ganha ainda mais sustentação quando percebida não como mero instrumento de resposta à violência sofrida pela agremiação, mas também por meio da demonstração de poder dos próprios sambistas.

Na versão oficial, a invasão foi motivada por um desentendimento passional. Porém, a explicação é de frágil sustentação. Como indicam as fontes, os relatos e os jornais, esse tipo de repressão já era recorrente contra as escolas de samba de São Paulo, compreensão que ganha ainda mais relevância quando articulada à primeira versão apresentada pelos policiais na delegacia, na qual afirmaram que “buscavam criminosos”. O caso acaba pendente de maiores esclarecimentos até mesmo pela ausência de mais informações na imprensa. Durante o regime civil-militar, a relação entre o Estado e a imprensa foi ambígua, marcada tanto por apoio ativo quanto por embates significativos. Marcos Napolitano (2017) aponta que os grandes jornais brasileiros, como *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, inicialmente apoiaram o golpe de 1964. Entretanto, à medida que o regime se tornava

mais autoritário, sobretudo a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5, em 1968, a censura direta e indireta passou a fazer parte da realidade desses veículos. Logo, algumas reportagens relacionadas às forças militares ganharam menos destaque ou foram censuradas.

Essa relação explica o episódio ter recebido expressiva atenção dos veículos impressos de diferentes cidades, mas apontando a versão do caso de vingança orquestrada pelo então capitão da Polícia Militar. Com textos em tamanhos consideráveis nas publicações, a invasão saiu da esfera urbana e ganhou repercussão estadual nos dias posteriores. As matérias continham conteúdos semelhantes. O maior destaque ficou por conta do jornal *Cidade de Santos*, que além de manchete principal na capa (Figura 2), dedicou uma página quase inteira em seu interior, bem como reportagens nos dias posteriores com os desdobramentos do episódio. Esse tipo de acompanhamento é chamado no jargão jornalístico de *suíte*, sendo utilizado para temas que geram interesses da sociedade ou da própria publicação (Bonini, 2003, p. 209).

Figura 2 – Invasão estampou a capa do jornal Cidade de Santos.



Fonte: Hemeroteca Digital, 2025.

Um dos principais jornais da época, *O Estado de S. Paulo* dedicou uma página quase por completa à cobertura da violência repressiva. Mesmo alinhado à cultura liberal e à defesa da iniciativa privada como base do progresso econômico (Napolitano, 2007, p. 355-357), o

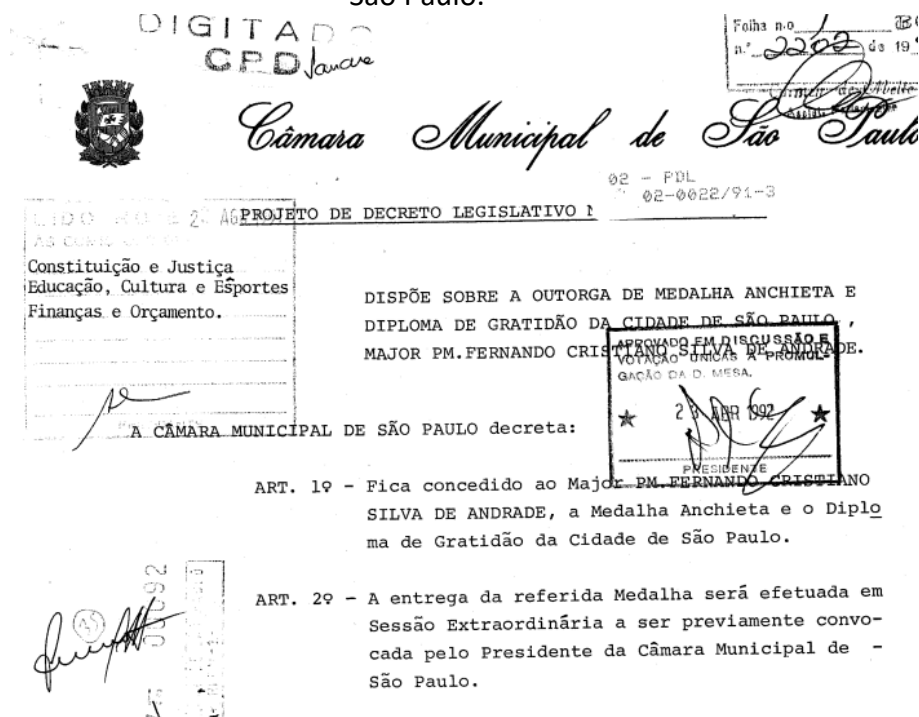
veículo foi quem documentou o ocorrido com maior riqueza de detalhes. Inclusive com as versões apresentadas na delegacia enquanto o caso ainda era apurado pela PM. Outras publicações que também noticiaram o caso, com versões semelhantes e foco na figura do capitão Pasteur como principal responsável pela invasão, foram *Jornal do Brasil* (RJ), *A Tribuna* (SP) e *Diário da Tarde* (PR).

Contudo, nas semanas seguintes ao episódio, a cobertura desapareceu das publicações. Incluindo quanto às punições definitivas dos policiais envolvidos. A última notícia relacionada à invasão apareceu no *Jornal do Brasil*, informando que o tenente Fernando e o capitão Edson Pasteur foram presos por ordem do comandante Cabette e o coronel garantido que “[...] os ensaios das escolas de samba de São Paulo serão garantidos por nossos policiais” (Jornal [...], 22 jan. 1974, p. 23). Não há registros disponíveis que comprovem punições definitivas aos envolvidos. Assim sendo, há como definir, com as fontes que temos disponíveis no momento, se o silêncio sobre o desenrolar da violência foi por intervenção do regime ditatorial ou por falta de interesse das publicações.

No entanto, indícios apontam que o capitão Pasteur retornou às atividades. Em 1981, ele foi acusado de envolvimento em um caso de extorsão e roubo, mas já na patente de major da PM (Cidade [...], 02 mai. 1981, p. 6). Mas em 1994, Edson Pasteur de Souza foi condenado a oito anos e meio de prisão pelo Conselho Especial de Sentença da 3ª Auditoria do TJM (Tribunal de Justiça Militar) por sequestro e extorsão, só que respondeu em liberdade. No ano seguinte, voltou a ser preso, promovido à época na patente de tenente-coronel, acusado de assassinar o motorista José Ricardo Victorino em 16 de junho de 1986, na região do Canindé, com motivação passional (Folha [...], 16 nov. 1995). Os episódios indicam a continuidade de práticas violentas e a ausência de responsabilização efetiva, mesmo após a redemocratização.

Os rumos de Fernando Cristiano Silva de Andrade, que também liderou a invasão e foi mantido na corporação, foram bem diferentes. Em abril de 1992, já na patente de major, foi condecorado pela Câmara Municipal de São Paulo com a *Medalha Anchieta* e o *Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo* (Figura 3). Ao contrário do que aconteceu com Seu Carlão, que teve uma costela quebrada na violência policial (Baronetti, 2021, p. 90), o caso ocorrido da Rua Adelaide parece não ter deixado marcas em seu histórico militar, como aponta a documentação da Câmara, justificando a honraria “devido sua competência e honorabilidade” (Câmara Municipal De São Paulo, 06 mai. 1992, p. 42 c. 3).

Figura 3 – Um dos líderes à invasão foi condecorado, 18 anos depois, pela Câmara de São Paulo.



Fonte: Câmara Municipal de São Paulo, 06 mai. 1992, p. 42 c. 3. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PDL0022-1991.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

Como apontou Campos (1980), a relação entre crime e pobreza contribui para um estigma social no Brasil, que leva à associação que os criminosos, assim caracterizados por alguns setores da sociedade, sejam frequentemente combatidos e punidos com maior rigor entre as classes economicamente desfavorecidas. A exemplo da atuação das forças policiais na invasão à quadra da Unidos do Peruche e o desenrolar dos fatos seguintes. Por outro lado, crimes tipicamente ou eventualmente cometidos por indivíduos em posições de poder são tratados com maior tolerância, favorecimento ou mesmo impunidade. Interpretação que se aplica no caso dos PMs envolvidos.

Entretanto, para a Unidos do Peruche, as consequências da invasão tiveram impacto significativo em sua trajetória. Primeiramente, no próprio desfile daquele ano. De acordo com a agremiação, a destruição dos instrumentos foi considerada a maior perda, já que o couro dos tamborins, pandeiros, cuícas e surdos não poderiam ser esticados até o carnaval. Além disso, as principais fontes de receita da escola, sua sede e seu bar, foram totalmente destruídos (O Estado [...], 22 jan. 1974, p. 23). A agremiação alegou ainda não ter tido condições psicológicas e ambiente para realização dos ensaios após o ocorrido. A diretoria

temia o retorno da polícia à quadra ou a tentativa de nova investida contra os sambistas durante o carnaval. Ainda assim, naquele ano, a escola de samba conseguiu apresentar o enredo *Quatro Festas do Folclore Brasileiro*, alcançando a sexta colocação no resultado oficial (Sasp, 2025).

O maior impacto ocorreu nos anos seguintes. Por conta do episódio, o local de ensaio, na antiga Rua Adelaide, ficou marcado pelo medo e pela desconfiança dos componentes. Com a diminuição de ensaios e frequentadores, a Unidos do Peruche teve problemas financeiros e perdeu a sua quadra, sendo obrigada a ensaiar na rua. Seu Carlão revelou o temor dos sambistas:

Depois desse incidente, saímos do terreno da rua Adelaide. Acabamos perdendo o terreno por problemas de falta de pagamento. E com tudo isso que aconteceu, o local ficou um pouco marcado. As pessoas pararam um pouco de frequentar o nosso espaço por medo. Nossas festas diminuíram muito de tamanho, alguns componentes que nos ajudavam todos os meses pararam de ajudar. Isso nos atrapalhou muito. Aí voltamos pra rua. A escola passou a ensaiar em campo de futebol e realizar ensaios na Rua Zilda. Mas nos esforçamos e conseguimos ir para uma quadra alugada na Rua Epaminondas Melo do Amaral. Ensaíamos nesse local por alguns anos nos anos 1970. O último endereço antes da quadra atual foi na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, ali em frente onde hoje é o terminal de ônibus (Seu Carlão *apud* Baronetti, 2021, p. 89).

A declaração vai ao encontro da afirmação de Cláudio André de Souza. O sambista explicou que havia um receio entre os integrantes na participação de crianças nas escolas de samba durante o período do regime. A desconfiança era motivada, principalmente, pela imprevisibilidade policial:

Evitavam levar crianças nos ensaios justamente com receio desses enfrentamentos entre componentes e polícia. A gente ia a ensaios à tarde, mas tinha um distanciamento com as crianças. Quando a gente dizia que queria ir à escola diziam ‘sozinho você não vai’. ‘Mas porquê?’ ‘Porque tem muita briga e polícia’. Foi dessa forma que a gente acompanhou quando criança (Agência [...], 2024).

No contexto das disputas com as demais agremiações carnavalescas, a trajetória da escola sofreria uma transformação profunda após a invasão. Campeã do grupo principal do carnaval paulistano em 1957, 1962, 1965, 1966 e 1967, a Unidos do Peruche não conseguiu retomar os rumos da vitória, sendo rebaixada para as divisões inferiores pela primeira vez em 1981. Fato que iria ocorrer outras seis vezes ao longo das décadas (Sasp, 2025). Apesar disso,

a escola manteve suas características em defesa da cultura negra, desenvolvendo enredos como *Afoxé da Bahia* (1976), *Benjamin de Oliveira, o "Palhaço Negro"* (1986), *Filhos da Mãe Preta* (1988), *Os Sete Tronos dos Divinos Orixás* (1989) ou *O Reino de Oyó Visto Pelos Olhos de Xangô* (1994), por exemplo.

Os problemas se acentuaram a partir de 1994, com o surgimento da escola de samba Império de Casa Verde e o forte apoio financeiro injetado por Francisco Plumari Júnior, o Chico da Ronda (1930-2003), considerado pela polícia o principal bicheiro da zona norte de São Paulo (Alesp, 2003). Assim, sem poder competir com o poderio econômico da agremiação vizinha e a divisão territorial após a ascensão de outra escola no mesmo bairro, a Peruche passou a conviver com dificuldades que afetaram diretamente na confecção dos carnavais que seguiram.

A invasão à Unidos do Peruche exemplifica como a repressão cultural durante a ditadura civil-militar ultrapassou o campo da censura e avançou sobre os territórios da população negra. As escolas de samba, nesse contexto, foram vistas não somente como manifestações culturais, mas como núcleos de articulação comunitária, potencialmente opostos aos poderes vigentes. Os crimes daquele 19 de janeiro de 1974, portanto, devem ser interpretados como parte de uma política que visava desarticular os espaços de organização negra e pobre nos centros urbanos. Esse caso lança luz sobre a persistência do racismo institucional (Nascimento, 2016) contra vozes, corpos e memórias periféricas.

Considerações Finais

Como indicam as fontes, a invasão da quadra da Unidos do Peruche, em 1974, configura um episódio representativo das diversas práticas repressivas exercidas pela ditadura civil-militar contra as escolas de samba paulistanas especificamente sob o contexto do racismo institucional e a violência de Estado durante o período. Assim sendo, ao reconstituir um caso ainda pouco explorado pela historiografia, buscamos também estabelecer um ponto de articulação com os debates contemporâneos sobre novas interpretações quanto à repressão do regime. Em especial, a direcionada aos sambistas, ainda incipientes de pesquisas.

As memórias desses artistas paulistanos revelam que a ação policial compunha um padrão recorrente de truculência contra as escolas de samba naquele período. No caso específico da Unidos do Peruche, essa violência foi intensificada pela convergência de diferentes aparatos repressivos empregados pela ditadura em um contexto marcado por

tensões sociais, políticas e raciais à época. Valendo-se do autoritarismo estatal e da intenção deliberada de suprimir espaços de organização negra, a repressão visava desarticular formas de sociabilidade consideradas opositoras e instaurar o medo como instrumento de controle social.

Desse modo, a repressão ultrapassava a mera contenção de opositores políticos formais: expressava também um revanchismo dirigido às práticas sociais dissidentes, reafirmando hierarquias raciais e criminalizando expressões culturais negras percebidas como ameaças à ordem autoritária. Nesse sentido, o artigo sustenta que a invasão integrou uma política sistemática de desarticulação das formas de organização negra nos centros urbanos, em consonância com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e com o racismo institucional debatido pela historiografia recente.

Por meio de invasões, intimidações e da destruição material e simbólica, a ditadura buscava enfraquecer espaços que não se alinhavam às correntes conservadoras dominantes. A trajetória da Unidos do Peruche evidencia, assim, um campo de disputa no qual a violência estatal operou como instrumento de repressão política e reafirmação de hierarquias raciais diante de expressões culturais que reivindicavam existência, memória e reconhecimento. Pretendemos, portanto, não apenas contribuir para o entendimento histórico desse contexto, mas também evidenciar a persistência de estruturas de poder e formas de violência que continuam a incidir sobre corpos e manifestações culturais negras no presente. Especialmente na esfera urbana.

Diante disso, reforçamos a necessidade de que novas pesquisas avancem sobre outros episódios semelhantes, ampliando o escopo de investigação para as demais agremiações e experiências nas periferias urbanas. Além da Unidos do Peruche, outras histórias marcadas pela resistência e pelo silenciamento historiográfico permanecem presentes na memória coletiva das vítimas. Ao buscar preencher essa lacuna, propomos reconhecer as escolas de samba não apenas por sua dimensão festiva, mas também como espaços de luta, política e identidade.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984. Introdução e Cap. 1, 2 e 5.

BARONETTI, Bruno Sanches. *Espaços de sociabilidade das populações negras em São Paulo: as escolas de samba e suas intersecções com os movimentos associativos (1949-1978)*. 2021. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi: 10.11606/T.8.2021.tde-24062021-184504. Acesso em: 2025-04-13.

BONINI, A.. OS GÊNEROS DO JORNAL: O QUE APONTA A LITERATURA DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL?. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, n. 1, p. 205–231, jul. 2003. CAMPOS COELHO, Edmundo (1980) - Sobre sociólogos, pobreza e crime. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 23, n.3.

COSTA, Haroldo. *Salgueiro: Academia de Samba*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

CRUZ, Tamara Paola dos Santos. *As escolas de samba sob vigilância e censura na ditadura militar: memórias e esquecimentos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010. 135 páginas.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo; Companhia das Letras, 2002.

GOULART, E. E.; PERAZZO, P. F.; LEMOS, V. Memória e cidadania nos acervos de história oral e mídia digital. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 153–166, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/117>. Acesso em: 28 mar. 2025.

GUEDES, Bruno. Mordaça na avenida: monitoramento, censura e resistências das escolas de samba na ditadura civil-militar (1964-1985). *Ars Historica*, Rio de Janeiro, v. 27, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/67602>. Acesso em: 13 abr. 2025.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-64. In: *VI Congrèsdu CEISAL (ConséilEuropéen de Recherche em Sciences Sociales surl’Amerique Latine) – Indépendences, Dépendences, Interdépendences*. Toulouse: 2010. 21p.

MATHEUS, Tadeu Augusto. *Casa Verde: uma pequena África paulistana*. São Paulo: Editora LiberArs, 2020.

MORAES, Wilson Rodrigues de. *Escolas de Samba de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 346–366, 2017. DOI: 10.15448/1980-864X.2017.2.24766. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/24766>. Acesso em: 12 abr. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Gabriel dos Santos. *A Polícia em Guerra: a ditadura e a Polícia Militar em São Paulo (1964-1982)*. 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2016.

OTÁVIO, Chico; JUPIARA, Aloy. *Os porões da contravenção: Jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; FERREIRA, Marieta de Moraes; QUADRAT, Samantha (org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-178.

PEDRETTI, Lucas. *Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. 152 p.

PEDRETTI, Lucas. Ditadura, memória e violência nos 60 anos do golpe: um balanço historiográfico e uma proposta analítica. *Revista Brasileira de História*, v. 44, n. 97, p. e284338, 2024.

PICCINO, Evaldo. “Pra Frente Brasil”, “Independência ou Morte” e o uso de música e cinema como propaganda oficial. *Novos Olhares*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 2, p. 74–83, 2012. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2012.55402. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/55402>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. *Sinal fechado: a música popular brasileira sob censura (1937-45 / 1969-78)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SIMAS, Luiz Antonio e FABATO, Fábio. *Para tudo começar na quinta-feira*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

SOARES, Reinaldo da Silva. *O Cotidiano de uma Escola de Samba Paulistana: O Caso do Vai-Vai*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. doi:10.11606/D.8.1999.tde-08102005-144552. Acesso em: 2025-09-27.

Referências Digitais

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Assassinato aponta ligação de caça-níqueis com o crime organizado. São Paulo: ALESP, 24 out. 2003. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=267242>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 'Cardeal' do samba paulistano, Seo Carlão do Peruche é homenageado em solenidade na Alesp. ALESP, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=467144>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL, Cristina Indio do. Escolas de samba foram espaço de resistência à repressão da ditadura. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 3 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/escolas-de-samba-foram-espaco-de-resistencia-a-repressao-da-ditadura>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CAMPOS, Djalma (Prod.). Escolas de Samba e a Resistência Negra no Regime Militar [podcast]. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo; *Seis e Um*, 2022. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/noticias/podcast-escola-de-samba/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

G1. Seo Carlão do Peruche morre aos 94 anos em São Paulo. G1, 17 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2025/noticia/2025/02/17/seo-carlao-do-peruche-morre-aos-94-anos-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Fontes

A TRIBUNA. Policiais danificam escola de samba. *A Tribuna*, Santos, 21 jan. 1974, p. 7. ARQUIVO NACIONAL, 1981, Dossiê: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.82011816. *Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)*. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Acesso em: 27 set. 2025.

ARQUIVO NACIONAL, 1982, Dossiê: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80010863. *Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)*. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Acesso em: 27 set. 2025.

ARQUIVO NACIONAL, 1983, Dossiê: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.83032317. *Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)*. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Acesso em: 27 set. 2025.

ARQUIVO NACIONAL, 1984, Dossiê: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84044474. *Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)*. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Acesso em: 27 set. 2025.

ARQUIVO NACIONAL, 1984, Dossiê: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.84016594. *Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)*. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Acesso em: 27 set. 2025.

ARQUIVO NACIONAL, 1988, Dossiê: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.88015879. *Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)*. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Acesso em: 27 set. 2025.

CIDADE DE SANTOS. Quebrando o sigilo. *Cidade de Santos*, Santos, 2 maio 1981, p. 6.

CIDADE DE SANTOS. Invasão da escola de samba: punição severa. *Cidade de Santos*, Santos, 21 jan. 1974, p. 6.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Perseguição à População e ao Movimento Negros*. São Paulo, 2015. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguiçao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, Relatório. *Volume II*. Brasília: CNV, 2014b. ESTADÃO. *Os cardeais do samba*. Samba de Primeira. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/samba-de-primeira-teste/os-cardeais-do-samba>. Acesso em: 27 set. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Preso casal acusado de matar motorista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 nov. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/11/16/cotidiano/16.html>. Acesso em: 23 set. 2025.

JORNAL DO BRASIL. PM invade reduto de sambistas em S. Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1974, p. 5.

O ESTADO DE S. PAULO. A violência da PM invade a quadra. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 jan. 1974, p. 23.